

Demonstrações Financeiras

Ágora Investimentos S.A.

2024



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado do Exercício ... 5

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa ... 8

Notas Explicativas da Administração ... 9

Relatório do Auditor Independente ... 21

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras da Ágora Investimentos S.A. (“Sociedade”), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 65.782 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 647.297 mil e Ativos Totais de R\$ 649.672 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Demonstrações Financeiras
Ágora Investimentos S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2024	2023
ATIVO			
Circulante		3.484	6.414
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	2.682	5.966
Dividendos a Receber		711	448
Tributos a Compensar ou a Recuperar	14e	91	-
Não Circulante		646.188	584.634
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7	66.358	59.259
Tributos a Compensar ou a Recuperar	14e	-	187
Ativos fiscais diferidos	14c	12	-
Investimentos	8	579.818	525.188
Total do ativo		649.672	591.048
	Nota	2024	2023
PASSIVO			
Circulante		2.257	3.029
Impostos e Contribuições a Recolher	14f	1.595	3.028
Dividendos a Pagar	9c	625	-
Outros passivos		37	1
Não Circulante		118	76
Passivos fiscais diferidos	14d	118	76
Patrimônio Líquido		647.297	587.943
Capital Social	9a	515.780	515.780
Reservas de Lucros	9b	129.049	63.892
Outros resultados abrangentes		2.468	8.271
Total do passivo e patrimônio líquido		649.672	591.048

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

Ágora Investimentos S.A.

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2024	2023
Receitas Operacionais		61.224	23.363
Resultado de Equivalência Patrimonial		61.224	23.363
Despesas Operacionais		(467)	(2.860)
Despesas Tributárias	11	(347)	(2.597)
Despesas Gerais e Administrativas	12	(120)	(263)
Resultado Financeiro		7.305	55.763
Receitas Financeiras	10	7.305	55.812
Despesas Financeiras		-	(49)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		68.062	76.266
Imposto de Renda e Contribuição Social	14a	(2.280)	(17.798)
Lucro Líquido do Exercício		65.782	58.468
Número de ações por mil		865.780	865.780
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$		75,98	67,53

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	65.782	58.468
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ajuste de Avaliação Patrimonial De Coligadas e Controladas	(5.884)	2.505
Próprias	123	5.861
Efeitos de Impostos - Próprias	(42)	(1.993)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	59.979	64.841

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	TOTAIS
		Legal	Estatutária	Próprias	Controladas		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	865.780	17.669	39.351	(3.721)	5.619	-	924.698
Redução de Capital	(350.000)	-	-	-	-	-	(350.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	3.868	2.505	-	6.373
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	58.468	58.468
Destinações:							
Reservas	-	2.923	43.299	-	-	(46.222)	-
Dividendos Propostos	-	-	(39.350)	-	-	(12.246)	(51.596)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	515.780	20.592	43.300	147	8.124	-	587.943
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	81	(5.884)	-	(5.803)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	65.782	65.782
Destinações:							
Reservas	-	3.289	61.868	-	-	(65.157)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(625)	(625)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	515.780	23.881	105.168	228	2.240	-	647.297

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

Ágora Investimentos S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	68.062	76.266
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos	(68.218)	(77.619)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(61.224)	(23.363)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(6.994)	(54.256)
Lucro Líquido Ajustado	(156)	(1.353)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	409.558
(Aumento)/Redução em Tributos a Compensar ou a Recuperar e Ativos fiscais diferidos	(20)	(8.816)
Aumento/(Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher e Passivos fiscais diferidos	38	(694)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.594)	(8.980)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(3.732)	389.715
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos	448	215
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	448	215
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Redução de Capital	-	(350.000)
Dividendos Pagos	-	(51.915)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(401.915)
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.284)	(11.985)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	5.966	17.951
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	2.682	5.966
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.284)	(11.985)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ÁGORA INVESTIMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Investimentos S.A. (“Ágora Investimentos” ou “Sociedade”) é uma Sociedade que tem por objetivo a prestação de serviços na área de consultoria, assessoria e análise econômica para pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras, nos termos da legislação vigente; promoção de investimentos; coordenação de contatos entre investidores e a representação de pessoas físicas e estrangeiras, observada a legislação vigente; assistência mercadológica, fomento, assessoria e consultoria de negócios no mercado securitário, financeiro e de capitalização; e participação como sócia ou acionista de outras sociedades. A Ágora Investimentos S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A Sociedade está domiciliada na Avenida Paulista, 1.450, 3º andar, Bela Vista, São Paulo, SP.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimento, e apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

A composição das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 06.

2.4. Ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 07 .

2.5. Outros Ativos

São representados por recebíveis e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Não houve reconhecimento de provisão para perda dos ativos financeiros, uma vez que não há qualquer perda esperada com a contraparte conforme CPC 48.

2.6. Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados.

2.7. Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Notas Explicativas da Administração

Ágora Investimentos S.A.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Sociedade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa 2.4.

2.8. Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 08.

2.9. Provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.10. Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.11. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre CDB - Certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras, atualização monetária e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A composição das Receitas Financeiras estão apresentadas na Nota 10.

2.12. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Ativos Fiscais Diferidos”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas na rubrica “Passivos Fiscais Diferidos”.

Os ativos fiscais diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos estão apresentados na Nota 14.

2.13. Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.14. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

2.15. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024:

- Alterações do IFRS 16 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (leaseback), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Apresentação das Demonstrações Financeiras (Correlacionado ao CPC 26) - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com covenants, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 (correlacionado ao CPC 03 e CPC 40) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação - As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Sociedade concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.
- Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A nova norma, emitida em abril de 2024, introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; maior transparência para as despesas operacionais e requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Novo IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

a) Classificação e avaliação dos ativos financeiros - Nota Explicativa 07

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Notas Explicativas da Administração

Ágora Investimentos S.A.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

b) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos – Nota Explicativa 14

Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

c) Equivalência Patrimonial em investidas – Nota Explicativa 08

Determinação se a Sociedade tem influência significativa sobre uma investida.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de Dezembro	
	2024	2023
Certificado em Depósito Bancários – CDB Fácil Bradesco ⁽¹⁾	2.682	5.966
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.682	5.966

⁽¹⁾ Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Em 31 de Dezembro			
Títulos	Acima de 360 dias	Valor Justo/Contábil ⁽²⁾⁽³⁾	Valor de custo atualizado	Marcação a valor justo
Letras Financeiras ⁽¹⁾	66.358	66.358	66.012	346
Total em 2024	66.358	66.358	66.012	346
Total em 2023	59.259	59.259	59.036	223

⁽¹⁾ Refere-se a aplicação em Letras Financeiras - LF, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 100 % do CDI, com vencimento em 02/06/2026;

⁽²⁾ O valor justo dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;

⁽³⁾ Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas da Administração

Ágora Investimentos S.A.

8. INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.

Em 31 de dezembro

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social - %	Investimentos		Resultado de Equivalência Patrimonial ⁽¹⁾	
				ON/PN	Cotas		2024	2023	2024	2023
Ágora CTVM S.A. ⁽²⁾	2.758.464	3.199.851	242.856	14.334	-	16,77	536.503	479.756	62.934	27.586
Ágora Gestão de Recursos Ltda.	17.800	25.292	(3.061)	-	17.800	100,00	25.292	28.437	(3.061)	(5.032)
Ágora Corretora de Seguros S.A.	7.900	15.870	1.365	766	-	100,00	15.870	14.829	1.365	782
Ágora Educacional Ltda.	1.574	2.152	(14)	-	1.574	100,00	2.152	2.166	(14)	27
Total							579.818	525.188	61.224	23.363

⁽¹⁾ Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Sociedades;

⁽²⁾ Investimento cindido 30.04.2024 pela Ágora Investimentos com a transferência de 83,23% do investimento na Ágora CTVM para Banco Bradesco BBI S.A., com alteração no percentual de participação de 100% para 16,77%.

Notas Explicativas da Administração

Ágora Investimentos S.A.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidades de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 515.780 (2023 - R\$515.780), é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro

	2024	2023
Ordinárias	865.780.304	865.780.304
Total	865.780.304	865.780.304

b) Reservas de Lucros

Em 31 de dezembro

	2024	2023
Reservas de lucros	129.049	63.892
Reserva legal ⁽¹⁾	23.881	20.592
Reserva estatutária ⁽²⁾	105.168	43.300

⁽¹⁾ Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

⁽²⁾ Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos propostos

Conforme Estatuto Social, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro

	2024	% ⁽¹⁾	2023	% ⁽¹⁾
Lucro Líquido do Exercício	65.782		58.468	
Reserva Legal	(3.289)		(2.923)	
Base de Cálculo	62.493		55.545	
Dividendos Propostos ⁽²⁾	625	1	12.246	22

⁽¹⁾ Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

⁽²⁾ Conforme ata de 31 de março de 2023, foram estipulados dividendos a pagar utilizando Reservas de Lucro estatutária no valor de R\$ 39.350 e parte do resultado do 1º trimestre de 2023 no valor de R\$ 12.246.

10. RECEITAS FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Rendimento de Letras Financeiras	6.976	54.265
Rendimento de Certificado de Depósito Bancário	311	1.507
Juros e Variações Monetárias	18	40
Total	7.305	55.812

Notas Explicativas da Administração

Ágora Investimentos S.A.

11. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2023
Contribuição à COFINS	292	2.232
Contribuição ao PIS	48	363
Outras	7	2
Total	347	2.597

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2023
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	98	34
Doações e Patrocínios	22	229
Total	120	263

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, a publicações e honorários de auditores independentes.

13. PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Bradesco Holding de Investimento S.A.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesas)	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.682	5.966	-	-
Banco Bradesco S.A.	2.682	5.966	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	66.358	59.259	-	-
Banco Bradesco S.A.	66.358	59.259	-	-
Dividendos a receber	711	448	-	-
Ágora Corretora De Títulos e Valores Mobiliários S.A.	387	262	-	-
Ágora Corretora de Seguros	324	186	-	-
Dividendos a pagar	(625)	-	-	-
Bradesco Holding Investimento S.A	(625)	-	-	-
Rendimento Letras Financeiras	-	-	6.976	54.265
Banco Bradesco S.A.	-	-	6.976	54.265
Rendimento de aplicações em CDB	-	-	311	1.507
Banco Bradesco S.A.	-	-	311	1.507

Notas Explicativas da Administração

Ágora Investimentos S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Sociedade.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	68.062	76.266
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 2.13)	(23.141)	(25.930)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	20.816	7.943
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1)	(64)
Outros Valores	46	253
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.280)	(17.798)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.292)	(17.798)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias	12	-
Total dos impostos diferidos	12	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.280)	(17.798)

c) Origem dos ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro				
	Saldo em 31.12.2023	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2024
Ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	-	12	-	12
Total dos ativos fiscais diferidos (Nota 2.13)	-	12	-	12
Passivos fiscais diferidos	76	42	-	118
Ativos fiscais líquidos dos passivos fiscais diferidos	76	30	-	106

d) Passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro				
	Saldo em 31.12.2023	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2024
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	76	42	-	118
Total dos passivos fiscais diferidos	76	42	-	118

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 91 (2023 - R\$ 187), refere-se a imposto de renda de exercícios anteriores.

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 1.595 (2023 - R\$ 3.028), referem-se à Imposto de Renda R\$ 1.539 (2023 - R\$ 2.999), Contribuição Social R\$ 24 (2023 - R\$ 0), COFINS R\$ 27 (2023 - R\$ 25) e PIS R\$ 4 (2023 - R\$ 4).

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a)** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis.
- b)** A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
- c)** Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.
- d)** Em 1º de janeiro de 2025, as instituições reguladas e autorizadas pelo BACEN passaram a aplicar as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23. O objetivo dessas resoluções é harmonizar as práticas contábeis com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 48/IFRS 9).

Os efeitos decorrentes da aplicação das novas normas, apurados nas companhias investidas serão reconhecidos em contas do patrimônio líquido e refletirão proporcionalmente no patrimônio da Sociedade, quando aplicável.

A DIRETORIA

Silvio José Alves
Contador – CRC 1SP202567/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Ágora Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ágora Investimentos S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Juliana Viegas Scardoa
Contadora CRC 1SP-295328/O-4



bradesco